

PROJETO DE EXTENSÃO “LEIS 10.639/03 E 11.645/08: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS”: RELATOS DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FUNDAMENTADAS NAS ODS 4 E 10

Ana Beatriz Maia Garcia¹

Priscila Elisabete da Silva²

¹ Doutora em Educação (USP), historiadora e pedagoga (USP), especialista em Gestão Pública Municipal (UNIFAL). Professora EBT, IFSP, Campus Sertãozinho e docente da Faculdade Euclides da Cunha

² Doutora em Educação (USP), socióloga (UNESP), pesquisadora das relações raciais e educação no Brasil. Docente da Faculdade Sesi-SP de Educação

RESUMO: O Projeto de Extensão objetivou expandir o conhecimento de docentes e discentes da Faculdade Euclides da Cunha (FEUC) a respeito da história e cultura dos povos originários. Os temas e questões fundamentados nas leis 10.639/03 e 11.645/08 se mostraram amplos, sendo necessário a busca por novas fontes e formas de adquirir conhecimento, promovendo contato direto com práticas e objetos culturais, artísticos e religiosos. As atividades ocorreram em quatro etapas, com a finalidade de contribuir para uma educação antirracista, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis 4 - Educação de Qualidade e 10 - Redução de Desigualdades.

Palavras-Chave: Lei 10.639/03; Lei 11.645/08; ODS 4; ODS 10; Ancestralidade.

ABSTRACT: *The Extension Project aimed to expand the knowledge of teachers and students at Faculdade Euclides da Cunha (FEUC) regarding the history and culture of original peoples. The themes and questions based on laws 10,639/03 and 11,645/08 proved to be broad, making it necessary to search for new sources and ways of acquiring knowledge, promoting direct contact with cultural, artistic and religious practices and objects. The activities took place in 4 stages, with the purpose of contributing to anti-racist education, aligned with Sustainable Development Goals 4 - Quality Education and 10 - Reducing Inequalities.*

Key words: *Law 10.639/03; Law 11.645/08; SDG 4; SDG 10; Ancestry.*

INTRODUÇÃO

A iniciativa deste Projeto de Cultura e Extensão denominado “Leis 10.639/03 e 11.645/08: educação antirracista e relações étnico-raciais” deu-se pela necessidade de expandir o conhecimento de docentes e discentes da Faculdade Euclides da Cunha (FEUC)¹, a respeito da história e cultura dos africanos, afrobrasileiros e indígenas brasileiros, em complementação às aulas das disciplinas que foram ministradas no curso de Licenciatura em História – História da África, Historiografia Geral e do Brasil I e II e História Regional, durante o ano letivo de 2024.

Nessas disciplinas, apesar de dialogarmos academicamente sobre as principais linhas de interpretações historiográficas sobre a formação do povo brasileiro, de sua nacionalidade e identidade, os temas e questões que

1 A Faculdade Euclides da Cunha (FEUC) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo é uma instituição pública, autarquia municipal, criada em 1965. Em 2014, a instituição se filiou a AIMES-SP- Associação de Instituições Municipais de Ensino Superior do Estado de São Paulo. Atualmente, a faculdade possui cursos presenciais de graduação de licenciatura em Pedagogia, História, Ciências da Natureza e Educação Física, e bacharelado em Administração e Biomedicina. Para mais informações, ver <https://feuc.riopardo.edu.br/>.

envolvem a história, cultura e contribuições dos africanos, afrobrasileiros e povos originários se mostram amplos, o que motivou a buscar outras estratégias para alargar o conhecimento do/as futuro/as profissionais da educação, em especial que promovesse contato direto com diferentes dimensões da cosmovisão desses povos por centenas de anos subjugados na história e na historiografia geral e brasileira.

Conforme uma das principais pesquisadoras da área, Petronilha Silva (2005) aponta que uma formação dessa natureza requer, além do acesso a textos acadêmicos, contato com práticas, objetos culturais, com a dimensão do Sagrado, pois trata-se de um conhecimento calcado na história oral, nas práticas e expressões artísticas e espirituais.

Atenta a esse pressuposto, foi desenvolvido um projeto de cultura e extensão que possibilitasse uma vivência formativa para os graduando/as do curso de Licenciatura em História, mas também para demais formando/as nas licenciaturas da faculdade (Educação Física e Pedagogia), além da formação continuada para o corpo docente da instituição, da rede básica de ensino e público externo interessado.

Para isso, além dos estudos realizados em sala de aula, este projeto propôs a formação histórica e cultural extracurricular, com o objetivo de proporcionar momentos de apreciação e formação em espaços não formais.

O projeto foi desenvolvido para que o/as discentes, docentes, pesquisadore/as e público em geral interessados no tema pudessem ter experiências e adquirissem conhecimento para além da sala de aula, com as vivências no museu, oficina e mesas redondas, que contribuam para sua formação em história e cultura africana, afrobrasileira e indígena, assim auxiliando na prática pedagógica voltadas às relações étnico-raciais e educação antirracista.

Além disso, o projeto também propôs fomentar as aulas práticas do componente curricular prático de História da África, de acordo com a matriz curricular do curso de Licenciatura em História, assim como subsidiar iniciativas de formação que visam estruturar atividades para o mês da Consciência Negra, em parceria com o curso de Licenciatura em Pedagogia, dentro de uma perspectiva antirracista e integrada aos ODS.

A legislação 10.639/03 e 11.645/08, que tornaram obrigatório o ensino da história e cultura dos africanos, afrobrasileiros e indígenas no currículo da educação básica, impôs a necessidade de ações para que o/as formando/as pudessem estar preparado/as para cumprir de forma desejável essa normativa em sua atuação como futuros docentes e como cidadãos. A iniciativa teve por objetivo proporcionar atividades práticas e aprofundamento teórico fundamentados nas referidas leis.

Esses objetivos pedagógicos estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), formulados pela Organização das Nações Unidas (ONU),

que integram a Agenda 2030, movimento mundial colaborativo para fomentar ações de melhorias para a vida em escala mundial. Entre os 17 ODS, destacamos o número 4, Educação de Qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos; e o número 10, Redução das Desigualdades - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Dentre as metas das ODS 4 e 10, o projeto deu ênfase às metas:

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2025).

O projeto buscou estimular práticas de formação com entidades parceiras, em especial, com o movimento negro do município de São José do Rio Pardo de Mococa, formadas por organizações não governamentais da região, e instituições e grupos de pesquisa universitários externos.

As atividades teórico-práticas foram desenvolvidas por meio de 4 etapas: 1) a visita com monitoria pedagógica ao Museu AfroBrasil e Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo; 2) Avaliação das visitas pelos participantes e análise dos dados; 3) oficina sobre populações indígenas e sua cultura, e 4) participação em evento acadêmico com mesas redondas para público acadêmico e geral, de maneira interativa e participativa.

As atividades ocorreram entre os meses de maio e novembro de 2024. Para a visita aos museus em São Paulo, foi solicitado apoio à Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo, mantenedora da faculdade, para o recurso do transporte.

Para a oficina, foi utilizado material pesquisado na internet e cedido pela faculdade; para as

mesas redondas, foram convidados pesquisadores voluntários, com a divulgação e equipamentos da própria instituição.

A equipe executora do projeto de cultura e extensão foi composta pela coordenação da Profa. Dra. Ana Beatriz Maia Garcia, Direção Acadêmica, membros do Corpo docente e funcionários e pesquisadora externa convidada, Profa. Dra. Priscila Elisabete da Silva.

O projeto atingiu, além dos discentes e docentes, movimentos sociais da região, contribuindo para a expansão das redes antirracista, de valorização da cultura, história e identidade negras, africanas, afrobrasileiras e dos povos originários.

Foram aplicados questionários aos participantes após as atividades, como forma de avaliar as etapas do projeto e trabalhar para o aprimoramento das etapas subsequentes. O primeiro questionário, que consiste em parte da segunda etapa, foi realizado acerca das visitas aos museus, com perguntas qualitativas e quantitativas que forneceram valiosas informações e reflexões sobre o impacto da formação em espaços não-formais para a educação antirracista. Como avaliação da terceira etapa, os graduando em História responderam uma questão qualitativa sobre a oficina a respeito da história e cultura indígena, que trouxeram relatos de experiência e considerações importantes para a devolutiva do alcance do projeto. Na inscrição para a roda de conversa: “Diálogos com a nossa ancestralidade: sabedorias da vida para a sala de aula”, que compôs a quarta etapa, foi aplicado um questionário para colher a percepção do público participante sobre o tema da conversa: sabedoria ancestral. Este instrumento mostrou-se um bom recurso para reflexão colaborativa. Após a finalização do projeto, uma forma de avaliação de sua relevância e efetividade foi sua submissão a publicação em revista científica.

ATIVIDADES REALIZADAS

1ª etapa: Visitas aos museus em São Paulo

Em junho foi realizada a visita didática aos Museu da Língua Portuguesa e Museu AfroBrasil. A intenção de proporcionar o contato com o espaço e objeto museal foi despertar para formas de aprendizagem que utilizem a sensibilidade em seus variados aspectos como o exercício de ver, ouvir e tocar, experimentar, produzir, contemplar e compartilhar experiências.

Como uma ação pedagógica de cultura e extensão, participaram da atividade alunos do curso de formação de professores da instituição, docente Artes em formação continuada (Secretaria de Cultura), aposentados e integrantes do movimento negro riopardense e mocoquense.

No Museu da Língua Portuguesa, os participantes puderam visitar a exposição recém-inaugurada “Línguas africanas que fazem o Brasil”, onde aprenderam, por exemplo, a origem africana de palavras do nosso cotidiano como “moleque” ou “fofoca”, compreenderam a importância dos sons dos batuques para a religiosidade, a existência da mitologia africana e sua influência na cultura brasileira.

No Museu AfroBrasil, pudemos realizar visita ao acervo permanente sob mediação de profissionais do museu, aprendendo a reconhecer e valorizar as expressões artísticas, culturais e religiosas afro-brasileiras. Os participantes foram separados em dois grupos, e guiados para a contemplação de objetos e instalações diversas no acervo permanente, de acordo com a construção da narrativa de cada monitor.

Com um dos grupos o enfoque a representação do negro africano nas artes plásticas e religiosas, assim como sua sabedoria nas técnicas de trabalho manual como a produção de utensílios em madeira e mineração. O outro grupo pôde apreciar a influência da música e da dança de origem africana na construção da cultura afro-brasileira, como o caso do Maracatu.

Figura 1 e 2 - Visita ao Museu da Língua Portuguesa - Exposição “Línguas que fazem o Brasil”





Fonte: Acervo pessoal de André Brambilla (2024).

Figura 3 - Visita monitorada no Museu AfroBrasil - Acervo permanente



Fonte: Acervo pessoal de André Brambilla (2024).

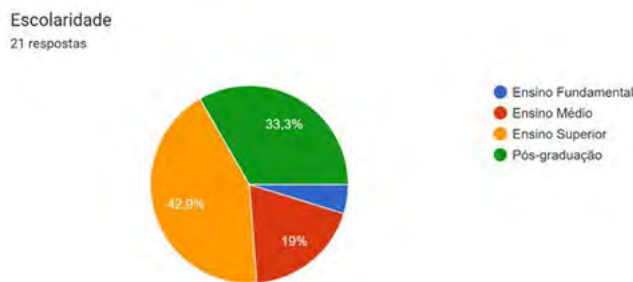
2ª etapa: Avaliação das visitas pelos participantes – levantamento e análise dos dados

Nessa etapa, ocorrida em julho, foi construído um questionário online, e enviado aos participantes (39 pessoas), para avaliação da atividade pedagógica, sugestões e registros de reflexões a partir do que foi aprendido e vivenciado nas visitas.

Dos 39 participantes na viagem didática, 21 pessoas responderam ao questionário quanti-quali. A pesquisa mostrou que o grupo abrangeu de forma diversificada as faixas etárias (de 13 anos à mais de 40 anos), com maior número de representantes entre 19 e 20 anos. Dos respondentes, a maioria era do gênero feminino (71, 4%).

Quanto à escolaridade, igualmente se mostrou diversificada, com predominância de formados no ensino superior em nível de graduação e pós-graduação.

Figura 4 - Nível de escolaridade dos participantes na visita didática aos museus



Fonte: Produção da autora (GARCIA, 2024).

Um dado que consideramos relevante é que, para a maioria dos visitantes, a viagem didática proporcionou um primeiro contato com ambos museus, demonstrando a importância de iniciativas de educação patrimonial e museal como elemento de formação pedagógica e cidadã, promotora de ações que valorizam uma educação antirracista e voltada às relações étnicas e raciais.

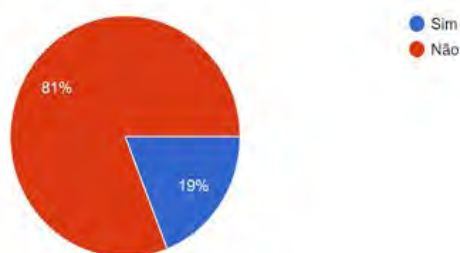
Percebemos que essa ação pedagógica de visita aos museus pode contribuir com aspectos das metas das ODS selecionadas como balizadoras do

projeto: como a 4.7, que versa sobre ações educativas que garantam conhecimentos e habilidades para promover a valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável; a 10.2, que trata de criar ações que possam empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica; e a 10.3, que alude sobre a garantia da igualdade de oportunidades e redução de as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

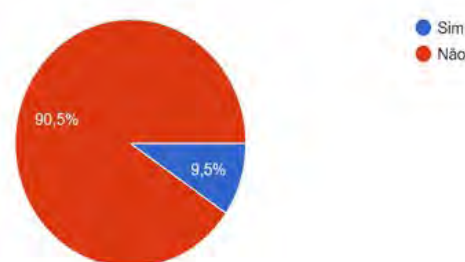
Ao promover o contato com os museus e suas exposições que estão fundamentadas na Lei 10.639/03, o projeto proporcionou aos participantes um novo olhar sobre a história e a cultura africana e afrobrasileira, criando oportunidades de valorização da diversidade cultural, a origem de uso de técnicas e saberes tradicionais que contribuem para um desenvolvimento sustentável, como o uso da madeira e a agricultura de subsistência. As visitas foram suporte de inclusão social, à medida que valorizaram a identidade racial e cultural afrobrasileira, as religiões de matriz africana, a política antirracista na formação de cidadãos, e em especial, na formação de docentes. Além disso, criou oportunidade de formação para um grupo majoritariamente feminino, ação de fomento à eliminação de desigualdades de oportunidade por conta de gênero.

Figura 5 - Gráficos de visita às museus pela primeira vez

Você já tinha visitado o Museu da Língua Portuguesa antes?
21 respostas



Você já tinha visitado o Museu Afro Brasil antes?
21 respostas



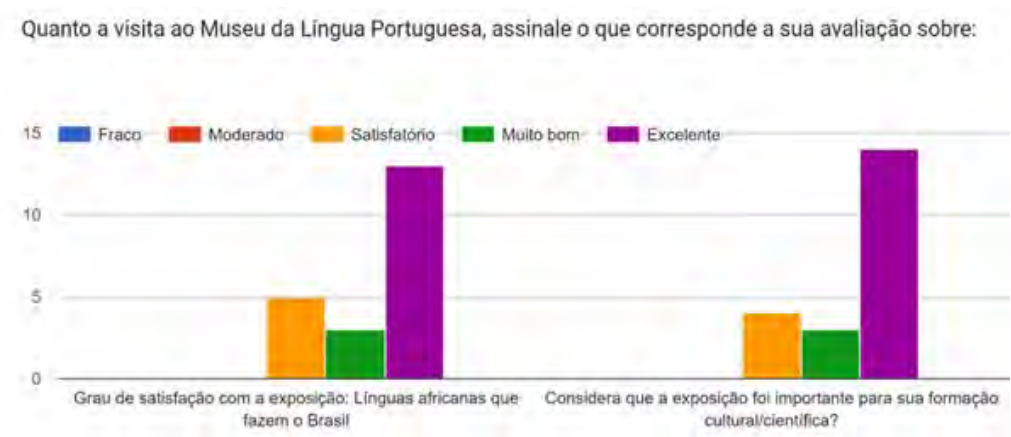
Fonte: Produção da autora (GARCIA, 2024).

As respostas das questões abertas apontam o impacto positivo da visita realizada. Na avaliação da visita ao Museu da Língua Portuguesa, a maioria classificou como excelente a exposição temática "Línguas africanas que fazem o Brasil" e 14 pessoas consideraram excelente a exposição em termos de importância para sua formação cultural e científica. Na questão sobre a visita guiada ao Museu AfroBrasil, 14 pessoas consideraram excelente a exposição permanente, 15 pessoas consideraram a exposição excelente em termos de importância

para sua formação cultural e científica e 13 pessoas consideraram excelente a visita guiada com monitoria do museu.

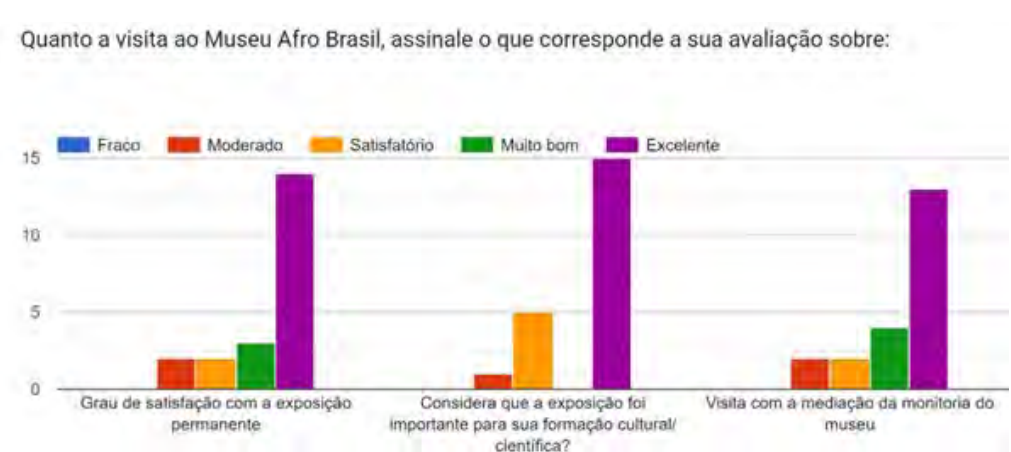
Sobre a contribuição das visitas para a ampliação de seus conhecimentos sobre o tema, 16 pessoas relatam que concordam plenamente em dizer que contribuíram para conhecer aspectos novos, 14 pessoas relatam que concordam plenamente que as visitas motivaram seu pensamento crítico e 17 pessoas concordam plenamente que as visitas expandiram sua visão de mundo.

Figura 6 - Avaliação de satisfação e importância da Visita ao Museu da Língua Portuguesa



Fonte: Produção da autora (GARCIA, 2024).

Figura 7 - Avaliação de satisfação e importância da Visita ao Museu AfroBrasil



Fonte: Produção da autora (GARCIA, 2024).

Figura 8 - Ampliação dos conhecimentos por meio das visitas aos museus

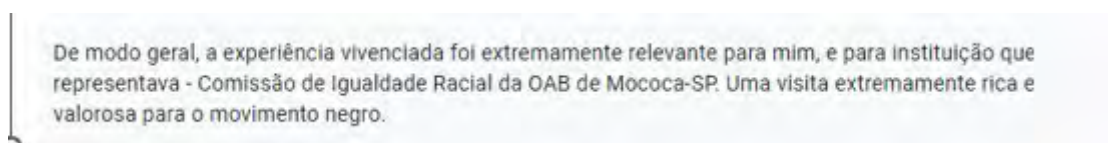


Fonte: Produção da autora (GARCIA, 2024).

Ao questionarmos quais aspectos das visitas foram úteis ou valiosos para os participantes, apontaram a importância do aprendizado de novos aspectos sobre a história e práticas culturais de povos tradicionais afro-brasileiros, a compreensão da origem africana de palavras da Língua Portuguesa. Sobre o contato com o conhecimento por meio da educação museal, foram destaques as apresentações de conteúdos didáticos de forma audiovisual e interativa e o processo educativo com a visita monitorada.

Um destaque foi a repercussão das visitas para participantes do Movimento Negro. Uma representante da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) relatou sua experiência como “extremamente relevante”, “rica e valiosa” para ela para o movimento. Em decorrência das visitas, a participante relatou que a visita realizada no projeto motivou a organização de visita a ambos museus por estudantes da cidade de Mococa, organizada por sua entidade representativa.

Figura 9 - Movimento das redes antirracistas como impacto do projeto de extensão



Fonte: Acervo pessoal de Ana Beatriz Maia Garcia (2024)

3ª etapa: Oficina sobre povos originários brasileiros

Em outubro, foi realizada a oficina sobre povos indígenas brasileiros, como atividade didática sobre a Lei 11.645/08, em parceria com o docente de Sociologia e Língua Portuguesa. Os participantes foram graduandos do curso de Licenciatura em História.

O objetivo da oficina foi proporcionar o conhecimento por meio de práticas de pesquisa e produção de material pedagógico pelos discentes. Utilizamos a metodologia ativa de rotação por estações. Os participantes foram divididos em grupos,

e cada estação continha materiais para análise com aspectos diversos sobre os povos indígenas brasileiros: 1) Dados estatísticos do IBGE, como população, densidade demográfica e políticas de proteção; 2) Literatura Indígena, como contos e poemas, 3) Arte indígena e 4) Lei 11.645/08 e seus impactos na educação básica. Após as rotações, a sistematização e socialização do conhecimento construído coletivamente ocorreu com a confecção do painel, que ficou exposto no ambiente de convivência da faculdade, durante os meses de outubro e novembro.

Figura 10 - Oficina sobre povos indígenas brasileiros pelos graduandos em História



Fonte: Acervo pessoal de Ana Beatriz Maia Garcia (2024)

Em avaliação realizada na disciplina de História Regional, perguntamos aos graduandos a seguinte questão, relacionando o desenvolvido na oficina: “Como o estudo feito na oficina, com base na Lei 11.645/08, promove um olhar renovado sobre a história dos povos originários, trazendo aspectos que vão além da questão territorial? Como esses aspectos contribuem para a história regional?”

Algumas respostas apontaram que a oficina trouxe um “olhar renovado” sobre a história e cultura dos povos originários:

Embora a questão territorial sempre tenha sido central nos debates sobre os povos originários, a Lei 11.645/08 propõe uma abordagem mais ampla, que vai além da disputa por terras, e sim mantendo o foco na valorização de aspectos culturais, sociais e históricos desses povos, promovendo um olhar renovado sobre sua presença e contribuição ao longo da formação do Brasil (Amaury Branco, 2024).

As riquezas de expressões artísticas foi um dos pontos fortes na vivência com a oficina, dando a dimensão da importância do contato com objetos, fontes e recursos de informação diversificados, que garantem a fundamentação de uma educação antirracista e inclusiva, conforme os preceitos das ODS 4 e 10:

A atividade construída na FEUC, fundamentado na Lei 11.645/08, proporciona uma visão mais ampla sobre os povos originários, indo além da questão territorial para destacar sua cultura, espiritualidade, organização social, arte e contribuições para a formação da identidade nacional. Nosso grupo ficou determinado a apresentar a “Arte Indígena”. Ao abordar elementos como a máscara macuxi, pinturas e utensílios, o grupo trouxe aspectos tangíveis da riqueza cultural indígena, permitindo uma conexão mais profunda com suas tradições e modos de vida. Esse tipo de atividade nos aproxima em suas devidas proporções a cultura dos povos originários, enriquecendo a história regional ao evidenciar como os povos indígenas influenciaram a cultura, o idioma e os costumes. Eles também ajudam a desconstruir estereótipos, já que cada grupo tem suas exclusividades artísticas e culturais, promovendo uma valorização mais justa e inclusiva das comunidades originárias e seu papel na história contemporânea (André Brambilla, 2024).

4ª Etapa : Mesas-redondas: “Educação para a justiça social” e “Roda de conversa - Diálogos com a nossa ancestralidade: sabedorias da vida para a sala de aula”

As atividades foram realizadas no mês de novembro, de forma presencial e remota e integraram a I Jor-

nada de Estudos Pedagógicos da Faculdade Euclides da Cunha. O evento contou com público discente, docente e gestores da instituição, além de público externo.

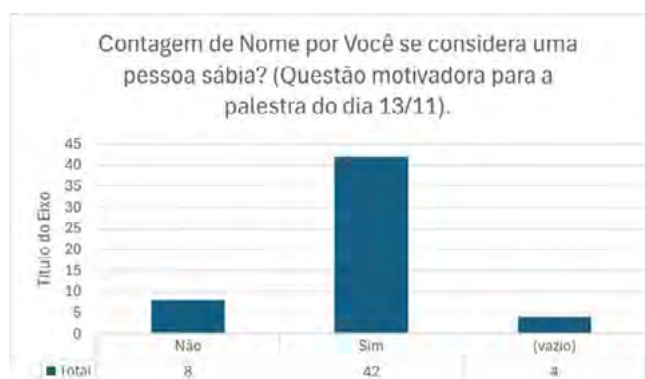
A mesa redonda “Educação para a justiça social” contou com a participação da coordenadora do projeto, que relatou a importância das práticas educacionais antirracistas para a promoção da justiça social, em conformidade à ODS 4 e 10, apresentando os principais resultados das atividades desenvolvidas até o momento.

Na atividade de *Roda de Conversa: Diálogos com a nossa ancestralidade: sabedorias da vida para a sala de aula*, o objetivo central foi chamar a atenção para as sabedorias e os conhecimentos oriundos das matrizes africanas e indígenas que também constituem a cultura brasileira. Reconhecer a sabedoria ancestral é um passo importante para a valorização do conhecimento dos discentes e da comunidade. De modo geral, sabemos que as instituições de ensino formal tendem a reproduzir um modelo de ensino centrado em conhecimentos que, muitas vezes, não conversam com a realidade dos educandos o que, por sua vez, dificulta a aprendizagem significativa e emancipatória. Produzir espaços de reflexão sobre conhecimentos e sabedorias ancestrais é necessário e contribui para uma guinada de pensamento que favoreça a educação integrada à natureza, isto é, respeitando todas as formas de vida.

Partindo do entendimento de que para implementação da legislação antirracista no contexto escolar é preciso que a comunidade escolar, sobretudo o/as docentes e gestores estejam atentos para as armadilhas do pensamento eurocêntrico que desconsidera a diversidade em nome da homogeneidade (Silva, 2017; 2020), realizou-se um encontro no qual essa temática foi abordada. A atividade foi pensada para promover um espaço que permitisse aos participantes treinar o olhar para reconhecer as sabedorias ancestrais existentes nas culturas afro-brasileiras e dos povos originários do Brasil.

No momento da inscrição na atividade de roda de conversa convidamos o público a responder a seguinte pergunta: Você se considera uma pessoa sábia?

Figura 11 - Pergunta motivadora



Fonte: Produção da autora (SILVA, 2024).

Foi possível perceber que o público participante já tinha uma percepção sobre a importância da sabedoria como mais um elemento de construção de sentido para a vida. Esta informação foi adensada com as concepções de sabedoria vinda de lideranças quilombola (Nego Bispo²) e de povos originários do Brasil (Luis Karai Hyapua e Carlos Papá³) por meio de vídeos nos quais falam sobre o tema. A ancestralidade também tem sido motivo de estudos no campo das ciências naturais, como foi possível perceber com o vídeo do cientista Fabio Scarano⁴ o qual discute como a ancestralidade também está presente na natureza (por meio de informações genéticas) que contribuem para a melhor adaptabilidade das espécies. A atividade de roda de conversa foi um momento muito rico de trocas, conceitos como ancestralidade, saberes tradicionais, integralidade, espiritualidade, relação humano e natureza foram abordados e discutidos sob a luz da educação. O que, certamente, contribuiu para que os participantes treinassem o olhar para reconhecer as sabedorias que estão presentes no ambiente escolar.

Figura 12 - Atividade remota - Roda de conversa



Fonte: Acervo pessoal de Ana Beatriz Maia Garcia (2024)

2 Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo) foi um filósofo, poeta e líder quilombola. O vídeo apresentado e discutido está disponível em: https://www.instagram.com/reel/C0mh3UpPFOk/?utm_source=ig_web_button_share_sheet. Acesso em: 12 nov. 2024.

3 Luis Karai Hyapua: é uma liderança da Tekoa Nhandurupo Pygua; artesão, conhecedor das plantas medicinais e da espiritualidade Guarani Mbya. Carlos Papá é um líder e cineasta indígena do povo Guarani Mbya. O vídeo apresentado na atividade está disponível em <https://tinyurl.com/cp3dyh9w>. Acesso em: 12 nov. 2024.

4 Fabio Rubio Scarano é engenheiro florestal, professor titular de Ecologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O vídeo apresentado na atividade está disponível em: <https://tinyurl.com/2u27rdun>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o projeto de extensão atingiu seus objetivos, na medida que foram mensuradas a participação e as devolutivas dos participantes, demonstrando como as etapas de atividades ampliaram os conhecimentos sobre a história e a cultura dos povos tradicionais, corroborando para a formação antirracista dos futuros docentes e grupos de interesse.

O projeto permitiu expandir esses conhecimentos e sabedorias para além da sala de aula, colocando os participantes em contato com a cultura material dos povos tradicionais, como objetos religiosos, saberes e fazeres, e proporcionou reflexões sobre a necessidade de incorporar à prática docente e cidadã as leis 10.639/03 e 11.645/08, no ambiente escolar e em espaços não formais de educação.

Concluímos, ainda, que o projeto contribuiu para a efetivação de práticas pedagógicas baseadas nas ODS 4 e ODS 10, promovendo uma educação de qualidade, inclusão, diversidade e diminuição das desigualdades.

REFERÊNCIAS

BRASIL (MEC). **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/MEC, 2004.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jan. 2003.

_____. **Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 04 jan. 2025.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras**. In: **Supe-rando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Kabengele Munanga, organizador. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 155-174.

SILVA, P. E. da. **As origens da USP: raça, nação e branquitude na universidade**. Curitiba: Appris, 2020.

_____. O conceito de branquitude: reflexões para um campo de estudo. In: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

ZAMBONI, Ernesta; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos indígenas e ensino de história: memória, movimento e educação. In: **Anais do 17º Congresso de leitura do Brasil (COLE)**. Campinas, SP: ALB, 2009, p. 1-9.